



Prefeitura Municipal de Domingos Martins

Estado do Espírito Santo

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

www.domingosmartins.es.gov.br – gabinete@domingosmartins.es.gov.br

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – RELOCI – CONTAS DE GOVERNO

Emitente: Unidade Central de Controle Interno do Poder Executivo – Controladoria Interna

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Domingos Martins

Gestor Responsável: Wanzete Kruger

Exercício: 2023

1. RELATÓRIO

1.1. Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo, em conformidade com IN TCE-ES Nº 68/2020.

1. Itens de Abordagem prioritária						
1.1. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.1.1	Prestação de contas anual – execução orçamentária	Demonstrativos contábeis da receita e relatórios da Gerência de Contabilidade e de Tributação	LC 101/2000, art. 58.	Avaliar se a prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo evidencia o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para	Demonstrativos contábeis das receitas e relatórios da Gerência de Contabilidade e de Tributação	Demonstrativos contábeis das receitas e relatórios da Gerência de Contabilidade e de Tributação

				incremento das receitas tributárias e de contribuições.		
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Processos de transferência de recursos à Câmara Municipal.	CRFB/88, art. 168	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	Lançamentos contábeis do duodécimo/ repasse de recursos à Câmara Municipal.	Lançamentos contábeis mensais à Câmara Municipal.
1.2. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.2.13	Equilíbrio financeiro do RPPS – Ingressos e desembolsos	Avaliação Atuarial Realizado pelo RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.	Relatório da Avaliação Atuarial Realizado pelo RPPS	Relatório da Avaliação Atuarial Realizado pelo RPPS
1.2.14	Equilíbrio financeiro e atuarial – Plano de Equacionamento	Orçamento e Avaliação Atuarial Realizado pelo RPPS	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, no RPPS onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio, com base em modificação do plano de custeio normal e/ou suplementar.	Relatório da Avaliação Atuarial Realizado pelo RPPS	Relatório da Avaliação Atuarial Realizado pelo RPPS
1.3. Gestão patrimonial						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários – cobrança regular	Relatórios e documentos específicos da Gerência de Tributação	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	Relatórios e documentos específicos da Gerência de Tributação	Relatórios e documentos específicos da Gerência de Tributação
1.4 Limites Constitucionais e Legais						
Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
1.4.1	Educação – aplicação mínima	Demonstrativo 8 do RREO da LRF e Prestações de constas mensais enviadas ao Conselho do Fundeb	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69 e Instrução Normativa TC 76/2021	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Demonstrativo 8 do RREO da LRF e listagem de transferência de recursos ao MDE.	Totalidade dos valores evidenciados no demonstrativo 8 do RREO da LRF e listagem de transferência de recursos ao MDE.
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	Demonstrativo 8 do RREO da LRF.	CRFB/88 - Art.212 – A, inciso XI.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Demonstrativo 8 do RREO da LRF e listagem de transferência e aplicação de recursos do FUNDEB.	Totalidade dos recursos transferidos e aplicados do FUNDEB, com base no demonstrativo 8 do RREO da LRF.
1.4.4	Saúde – aplicação mínima	Demonstrativo 12 do RREO da LRF e prestação	CRFB/88, art. 77, inciso III, do	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos	Demonstrativo 12 do RREO da LRF e listagem	Demonstrativo 12 do RREO da

		de contas enviadas ao Conselho Municipal de Saúde	ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	de gastos com recursos próprios da saúde.	LRF.
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar quadrimestralmente (ou semestralmente, de acordo com a opção de divulgação do Município) se foram observados os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF. No caso dos Municípios, validar o cálculo automatizado do Demonstrativo produzido pelo sistema Cidades na PCA.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas no do artigo 21, da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite máximo permitido para o Poder, avaliar se foram observadas as medidas restritivas previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.	Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal da LRF.
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Balancete de Receita do ano anterior, Base de cálculo de repasse ao legislativo e documentos de repasse ao legislativo.	CRFB/88, art. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	Balancete da receita do ano anterior, base de calculo utilizada para repasse e documentos de repasse.	Balancete da receita do ano anterior, base de calculo utilizada para repasse e documentos de repasse.

2. Itens de Abordagem Complementar

2.1 Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
2.1.1	LDO – compatibilidade com Plano Plurianual.	PPA, LDO e LOA, bem como leis de alteração.	CRFB/88, art. 165, § 1º.	Avaliar se as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas na LDO estiveram compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Totalidade do PPA, LDO e LOA e leis de alteração.	Totalidade do PPA, LDO e LOA analisado via sistema contábil.
2.1.5	LDO – Anexo de Metas Fiscais – abrangência	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2023 e seus anexos.	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2023 e seus anexos de metas fiscais.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2023 e seus anexos de metas fiscais.
2.1.6	LDO – Anexo de Metas Fiscais Conteúdo	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2023 e seus anexos.	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício contém todos os demonstrativos previstos no	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2023 e	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2023 e

				MDF.	seus anexos de metas fiscais.	seus anexos de metas fiscais.
2.1.7	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – abrangência	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2023 e seus anexos.	LC 101/2000, art. 4º, § 3º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2023 e seus anexos de riscos fiscais.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2023 e seus anexos de riscos fiscais.
2.1.8	LDO – Anexo de Riscos Fiscais – conteúdo	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2023 e seus anexos.	Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprovada para o exercício contém todas as funções e informações previstas no MDF.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2023 e seus anexos de riscos fiscais.	Lei de Diretrizes Orçamentária para 2023 e seus anexos de riscos fiscais.
2.1.10	LOA – compatibilidade com a LDO e com o Plano Plurianual.	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).	CRFB/88, art. 165, § 7º.	Avaliar se os programas de governo, projetos e atividades previstos na LOA estiveram compatíveis com a LDO e PPA.	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).
2.1.17	Transparência na Gestão – realização de audiências públicas	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).	LC 101/2000, art.48, parágrafo único.	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei do PPA, da LDO e da LOA.	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).	Instrumentos de planejamento da ação governamental (LOA, LDO e PPA).

2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Objeto/Ponto de controle	Documentos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra / Documento Selecionado
2.2.11	Execução de despesas – créditos orçamentários	Lei Orçamentária Anual de 2023, PPA, LDO e Créditos Adicionais Abertos.	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Lei Orçamentária Anual de 2023, PPA, LDO e Créditos Adicionais Abertos	Lei Orçamentária Anual de 2023, PPA, LDO e Créditos Adicionais Abertos
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Créditos Adicionais Abertos e alteração da LOA	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Créditos Adicionais Abertos e alteração da LOA	Créditos Adicionais Abertos e alteração da LOA
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	Listagem dos créditos adicionais abertos. Ato legal para abertura.	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	Atos legais para abertura de créditos adicionais.	Listagem dos atos legais utilizados para abertura de créditos adicionais.
2.2.19	Créditos extraordinários – abertura	Listagem dos créditos adicionais abertos. Ato legal para abertura.	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	Atos legais para abertura de créditos adicionais.	Listagem dos atos legais utilizados para abertura de créditos adicionais.
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Ações de transparência dos atos de gestão e instrumentos de planejamento da	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO	Portal da transparência e análise das publicações dos RREO e RGF.	Portal da transparência e análise das publicações dos RREO e RGF.

		ação governamental.	e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.		
--	--	---------------------	---	--	--

1.2. Constatções e Proposições

Acerca dos itens selecionados para análise, expostos na tabela acima, abordamos os seguintes achados e proposições:

1. Itens de abordagem Prioritária			
1.1. Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.1.1	<p>Da análise da Prestação de Contas anual do chefe do Poder Executivo, principalmente, os balancetes da receita consolidado referente ao ano 2023, constatou-se que o orçamento da receita foi estimado em R\$196.000.000,00 e a arrecadação totalizou R\$227.838.842,58, resultando em um excesso de arrecadação de R\$31.838.842,58.</p> <p>Ressalta-se que das receitas próprias do município, destacou-se a arrecadação a maior do que o estimado no ISS, no qual estimou-se R\$9.535.000,00, sendo arrecadado R\$11.232.654,01, o que também ocorreu no Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. No caso do IPTU e ITBI houve arrecadação a menor do que o estimado no exercício.</p> <p>Conforme especificado no ponto 1.3.6, houve por parte da Administração Municipal empenho para recuperação de créditos pela Gerência de Tributação.</p>	Considerando o resultado da arrecadação no exercício 2023, nenhuma proposição ou alerta foi sugerido.	Regular.
1.1.3	Da análise do relatório contendo os repasses mensais dos duodécimos ao legislativo municipal, constatou-se que foram realizados nos prazos legais, conforme previsto no § 2º, inciso II, art. 29-A da CF, alterado pela EC nº 58 de 2009.	Considerando que os repasses mensais dos duodécimos ao legislativo foram repassados nos prazos legais, nenhuma proposição ou alerta foi sugerido.	Regular.
1.2. Gestão Previdenciária			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.2.13	A Avaliação Atuarial do IPASDM, realizada em 2024 com Base em dez/2023, demonstrou um déficit atuarial e que, o plano de custeio e amortização adotado pelo Município no exercício 2023 (Lei 3108/2023) mostra-se insuficiente, conforme demonstrado no item 7.6, do Relatório de Avaliação Atuarial. A avaliação recomendou um ajuste no Plano de Custeio , mediante pronta adoção de uma das alternativas apresentadas para amortização do deficit elencadas.	Acompanhamento junto a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e IPASDM das medidas adotadas para sanar o desequilíbrio apresentada na Avaliação Atuarial.	Regular, com ressalva.
1.2.14	Da análise do Relatório de Avaliação Atuarial	Acompanhamento junto a	Regular, com

	verificou-se que o plano de custeio e amortização adotado em lei no ano anterior (Lei Municipal Nº 3.108/2023) mostra-se insuficiente no cenário atual, conforme se observa no item 7.6 e 13.1.9 “Plano de custeio a ser implementado e medidas para manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial”, sendo necessária a realização de ajuste.	Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos das medidas adotadas para sanar a insuficiência apresentada na Avaliação Atuarial.	ressalva.
1.3. Gestão Patrimonial			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.3.6	Da análise dos relatórios e documentos elaborados pela Gerência de Tributação, bem como consulta à Gerente responsável, verificou-se que estão sendo adotadas regularmente medidas, com vistas à cobrança da dívida ativa, emitindo notificação amigável ao contribuinte em dívida, e se não regularizado o débito, segue-se com o envio para protesto em cartório, e por fim, se ainda não quitado, providencia-se o envio para execução judicial. No ano de 2023 foi arrecadado o valor de R\$1.487.361,79 referentes a cobrança de dívida ativa.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a adequada adoção de medidas de cobrança de dívida ativa e demais créditos tributários.	Regular
1.4. Limites constitucionais e legais			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
1.4.1	Da análise do demonstrativo VIII do RREO previsto na LRF, constatou-se que o município cumpriu com a aplicação mínima de recursos na educação prevista no art. 212 da CF e Resolução nº. 238/2012 do TCEES, apresentando índice superior, de 34,34% .	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento da aplicação mínima em educação.	Regular.
1.4.2	Da análise dos recursos transferidos para o FUNDEB e os valores aplicados, constatou-se o cumprimento do limite mínimo de aplicação de 70% com profissionais da educação básica, conforme disposto no art. 26 da Lei 14.113/2020, apresentando índice de 78,22% .	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento da aplicação mínima de gasto com profissionais da educação básica.	Regular.
1.4.4	Da análise do demonstrativo XII do RREO previsto na LRF, verificou-se que o município cumpriu com a aplicação mínima de recursos na saúde, conforme disposto na LC 141/2012 e Resolução 248/2012 do TCEES, apresentando índice superior, de 18,99% .	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento da aplicação mínima em saúde.	Regular.
1.4.7	Da análise do demonstrativo da despesa com pessoal (Anexo I do RGF), constatou-se que o município cumpriu com o disposto tanto no art. 19 quanto no art. 20 da LRF, a respeito do gasto com pessoal, dado que o valor (42,29%) ficou abaixo do limite prudencial (51,3%) previsto no parágrafo único do art. 22 da LRF.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 19 e art. 20 da LRF.	Regular.
1.4.8	Da análise do demonstrativo da despesa com pessoal (Anexo I do RGF), verificou-se que o município cumpriu com o disposto tanto no art. 19 quanto no art. 20 da LRF, a respeito do gasto com pessoal, dado que o valor (42,29%) ficou abaixo do limite prudencial (51,3%) previsto no parágrafo único do art. 22 da LRF,	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 19 e art. 20 da LRF.	Regular.

	não havendo, portanto, violação do disposto no art. 21 da LRF.		
1.4.10	Da análise do demonstrativo da despesa com pessoal (Anexo I do RGF), constatou-se que o município cumpriu com o disposto no parágrafo único do art. 22 da LRF.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 22 da LRF	Regular.
1.4.14	Da análise do balancete da receita do ano anterior e do relatório de repasse para o legislativo, que demonstram a base de cálculo do repasse efetuado ao legislativo municipal, constatou-se que o mesmo está dentro dos limites estabelecidos no § 2º do art. 29-A da CF.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que os repasses realizados estão de acordo com o disposto no § 2º do art. 29-A.	Regular.
2. Itens de Abordagem Complementar			
2.1 Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
2.1.1	Da análise da LDO para 2023 observou-se que suas diretrizes e metas e seus objetivos, estavam compatíveis com o PPA aprovado para o exercício.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista a compatibilidade entre LDO e PPA.	Regular.
2.1.5	Da análise da LDO para 2023, constatou-se a presença do anexo de metas fiscais, estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a presença do Anexo de metas fiscais na LDO com as informações correspondentes.	Regular.
2.1.6	Da análise da LDO para 2023 e seus anexos, constatou-se que os demonstrativos do Anexo de Metas Fiscais foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela STN.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que os demonstrativos foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela STN.	Regular
2.1.7	Da análise da LDO para 2023, constatou-se que a mesma evidenciou o anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a presença do Anexo de Riscos Fiscais na LDO.	Regular.
2.1.8	Da análise da LDO para 2023 e seus anexos, constatou-se que o demonstrativo de Riscos Fiscais foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela STN.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que o demonstrativo de Riscos Fiscais foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela STN.	Regular
2.1.10	Da análise da LOA observou-se que todos os programas e atividades previstas na mesma estavam compatíveis com a LDO e com o PPA, sendo que os novos programas e atividades foram incluídos por meio de Lei.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a compatibilidade das ações e programas da LOA com a LDO e o PPA.	Regular.
2.1.17	Foram realizadas no exercício 2023 audiências públicas para a elaboração da LOA 2024 e LDO 2024, de forma presencial e através de consulta pública online.	Nenhuma proposição ou alerta a sugerir, tendo em vista a realização de audiências públicas para elaboração dos instrumentos de planejamento.	Regular.

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária			
Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
2.2.11	Da análise da LOA e dos relatórios de despesas, verificou-se que não houve realizações de despesas que excederam os créditos orçamentários previstos e adicionais.	Nenhuma proposição foi sugerida tendo em vista que as despesas previstas não excederam os créditos orçamentários previstos ou adicionais.	Regular.
2.2.13	Da avaliação dos créditos adicionais realizados no exercício de 2023, verificou-se que os mesmos foram previamente autorizados por lei, bem como indicaram os recursos correspondentes.	Nenhuma proposição foi sugerida tendo em vista que os créditos adicionais abertos no exercício de 2023, possuíam autorização legislativa e indicaram devidamente os recursos correspondentes.	Regular.
2.2.14	Da análise do relatório de créditos adicionais abertos, constatou-se que foram abertos mediante decreto do executivo, nos termos do art. 42 da Lei 4.320/64.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que os créditos adicionais avaliados foram abertos por Decreto do Executivo.	Regular.
2.2.19	Da análise do relatório de créditos adicionais abertos no exercício de 2023, constatou-se que não houve abertura de crédito adicional extraordinário.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que não houve abertura de crédito adicional extraordinário.	Regular.
2.2.21	Da análise do site oficial da Prefeitura de Domingos Martins e Portal da Transparência foi possível verificar que são publicados os Relatórios previstos na LRF – RREO e RGF; e os instrumentos de planejamento da ação governamental (PPA, LDO e LOA), os balancetes mensais e os balanços anuais, bem como os previstos na LRF, RREO e RGF.	Nenhuma proposição ou alerta foi sugerido, tendo em vista que foi dada ampla divulgação, no Portal da Transparência do município, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo.	Regular.

1.3. Da Gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal

Na elaboração da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, foram extraídas informações constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO de 2023; na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2023; nas Demonstrações Contábeis do Município, nos relatórios exigidos pela Lei Complementar 101/2000 – LRF (Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal) e Balanços referentes ao exercício financeiro de **2023**.

A execução da despesa consolidada foi fixada no montante de **R\$ 196.000.000,00** (cento e noventa e seis milhões de reais). No decorrer do exercício, foram abertos créditos adicionais que geraram uma despesa atualizada total de **R\$ 254.929.300,56** (duzentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e vinte e nove mil, trezentos reais e cinquenta e seis centavos).

Em relação à despesa fixada e executada na Lei de Orçamento para o exercício de 2023, bem como nos créditos adicionais abertos, observou-se uma economia na execução da

mesma da ordem de **R\$ 49.430.589,00** (quarenta e nove milhões, quatrocentos e trinta mil, quinhentos e oitenta e nove reais), de acordo com tabela abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Despesa total atualizada	254.929.300,56
Despesa empenhada	205.498.711,56
Economia na execução da Despesa	49.430.589,00

Confrontando os dados da despesa executada com os de receita arrecadada, verificou-se que não houve déficit na execução orçamentária do exercício de 2023, mas sim, um superávit orçamentário consolidado de **R\$ 21.765.029,46** (vinte e um milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, vinte e nove reais, e quarenta e seis centavos), conforme demonstrado no quadro abaixo:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR – R\$
Receita Total Arrecadada	227.263.741,02
Despesa Total Realizada	205.498.711,56
Superávit Orçamentário em 2023	21.765.029,46

Logo, no que se refere à gestão fiscal, constatou-se que o município superou a meta de arrecadação prevista para o exercício.

Sobre a programação dos instrumentos de planejamento da ação governamental, identificou-se que os programas e ações previstos no Plano Plurianual de 2022-2025 e na Lei de Diretrizes Orçamentária de 2023 foram executados através do Orçamento Anual de 2023 em total conformidade com a programação e metas previstas.

Por fim, em relação ao gasto com pessoal, constatou-se que o município não extrapolou o limite máximo previsto no art. 20 da LRF que é de 54%, nem tão pouco extrapolou o limite prudencial previsto no Parágrafo Único do art. 22 da LRF que é de 51,30%, ou o limite de alerta emitido pelo TCE-ES, apurando o percentual de **42,29%** no final do exercício.

Dessa forma, conclui-se que a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal do município de Domingos Martins no exercício de 2023, obedeceu aos princípios da eficácia, eficiência e economicidade.

1.4. Da Gestão Previdenciária

No que diz respeito à gestão previdenciária, constatou-se, por meio da análise dos demonstrativos contábeis apresentados na PCA de 2023, que o município recolheu de forma tempestiva todas as obrigações patronais a ele impostas, bem como efetuou o devido repasse ao Regime Próprio de Previdência – IPASDM e ao Regime Geral de Previdência

Social – INSS das contribuições retidas de servidores e terceiros, não incorrendo desta forma, em apropriação indébita e ausência de recolhimento de contribuição patronal.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob responsabilidade do senhor Wanzete Kruger, Excelentíssimo Prefeito do Município de Domingos Martins relativa ao exercício de 2023.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas está regular.

Domingos Martins – ES, 25 de março de 2024.

Márcia d'Assumpção
Controladora Geral Municipal

Franciele Luzia Holz
Auditora Pública Interna – Matrícula nº 12640